



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

Barrinha, aos 05 de julho de 2024.

ILMO SR. DR.  
RAUL CÉSAR BINHARDI  
JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
BARRINHA- SP

PREZADO SENHOR:

Atendendo ao que determinou os pedidos do Sr. Presidente da Câmara, bem como dos departamentos interessados, realizamos procedimentos comunicativos a empresa Interares-Teleinformática LTDA, indagando-lhes sobre a possibilidade de **aditivo contratual**.

Consultada, a empresa informou que tem interesse na renovação do contrato originário de número 05/2022, conforme documentos anexos e contato estabelecido com Sra. Regina Rodrigues, administradora da empresa.

Deste modo, solicitamos ao departamento jurídico para manifestação e parecer sobre eventual prorrogação contratual pelo período de 12(doze) meses.

Lembramos que a atual contratada nos proporcionará os serviços já prestados pelo preço com reajuste pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses, qual seja, 3,34%.

Os valores reajustados em 3,34% (três vírgula trinta e quatro por cento), ficaram R\$ 3.048,53 (três mil, quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos), mensais que dá o montante de R\$ 36.582,36 (trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos) em 12 meses.

Sendo as informações que temos no momento, solicitamos seu providencial parecer a respeito da matéria.

Sem mais, renovamos protestos de estima e consideração.

PÂMELA MARQUES DOS SANTOS BARROSO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



## PARECER JURÍDICO

### TERMO ADITIVO – DISPENSA

**INTERESSADA: Presidente da CPL - Câmara Municipal de Barrinha – SP**

Barrinha, aos 08 de julho de 2024.

ASSUNTO: Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência Contratual

Senhor Presidente:

No que tange à possibilidade de prorrogação contratual, sem ingressar no campo da conveniência e oportunidade para a Administração, me atendo tão somente na questão da legalidade estrita, função está efetivamente responsável pelo parecerista jurídico, ainda assim sem efeito vinculativo, informo a Vossa Excelência que a Lei 14.133/2021 admite a hipótese de prorrogação contratual, nos termos do artigo 107, isto é, conquanto a pretensa prorrogação se mostre vantajosa para a administração. Vejamos:

*“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”*

Em sendo assim, observado o prazo de vigência do aditamento contratual (12 meses) e entendendo V. Senhoria que a prorrogação é vantajosa para a administração nos termos da justificativa apresentada, opinamos pela possibilidade de realização do aditivo requerido, nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

É o breve parecer sem vincular Vossa Excelência ao entendimento esposado.

**DR. RAUL CESAR BINHARDI**

**JURÍDICO**